



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N. _____, DE 2022

(Do Sr. Carlos Veras)

Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de reunião de audiência pública para debater sobre o mérito do PL 572, de 2022.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, inciso III, e do art. 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública para debater sobre o mérito do PL 572, de 2022, que “Cria a lei marco nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema”, com os seguintes convidados:

Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH;

Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT;

Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC;

Representante do Centro de Direitos Humanos e Empresas – HOMA;

Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB;

Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI;

Representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 572, de 2022, que “Cria a lei marco nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema”, foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



* C D 2 2 3 0 3 9 2 1 6 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

Na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, coube a mim a designação para relatar a proposição.

Por essa razão, e com o objetivo de instruir a matéria legislativa¹, requeiro a realização de audiência pública para debater sobre o mérito do PL 572, de 2022.

Sala da Comissão, em de maio de 2022.

Deputado CARLOS VERAS

¹ Artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:
Art. 255. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada.

